

Secretário demonstra pessimismo

O governo Cristovam Buarque ainda não sabe o que fazer para zerar o déficit de R\$ 400 milhões do GDF.

“Ou resolvemos isso agora, ou o estado ficará inviabilizado”, reconhece o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Ele também admite que o que está sendo feito é pouco para afastar o risco de falência do estado. E ilustra isso ao se referir à principal fonte de receita tributária — o ICMS.

“As medidas que estamos adotando para aumentar a arrecadação do ICMS poderão render apenas R\$ 3 milhões a mais por mês”, constata.

Estados — Swedenberger lembra que o drama vivido por Cristovam não é isolado. “A crise econômica que atinge o Distrito Federal é a

mesma que levou oito estados à beira da falência”, diz.

O secretário prefere não admitir que o governo irá repetir a saída adotada por governos como o do Rio Grande do Sul: pedir empréstimo ao governo federal para pagar os compromissos.

“O governo não se precipita em falar de questões que não estão decididas”, argumenta Swedenberger, enigmático.

Como o Distrito Federal, Alagoas e Mato Grosso foram prejudicados com o fim da inflação, que permitia aos governos uma ganho extra na círanda financeira.

Aplicações — Ao contrário das pessoas físicas, os governos lucravam com a era pré-Real, já que as

aplicações aumentavam os valores recolhidos pelos impostos enquanto as despesas de custeio e pessoal não eram corrigidas na mesma proporção.

Em 1994, as aplicações financeiras renderam aproximadamente R\$ 450 milhões ao governo do Distrito Federal. No ano passado, a mesma fonte não chegou a render R\$ 100 milhões.

Para diminuir os gastos, o governo já congelou as despesas de custeio, que não poderão ser maiores que as de 1995. O pagamento de horas extras foi restrito às áreas de saúde e limpeza urbana.

Foi adiado, de julho para novembro, o adiantamento de 50% do 13º salário do funcionalismo.